



Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

ATA
4ª REUNIÃO DO COLEGIADO SETORIAL
DE ARTES VISUAIS

Brasília (DF), 27 de Maio de 2010

Local: St. Paul – Brasília/DF

**4ª REUNIÃO DO COLEGIADO SETORIAL DE ARTES
VISUAIS**

1 Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e dez, às
2 nove horas nesta cidade de Brasília, Estado do Distrito
3 Federal, no Hotel St. Paul, situado nesta capital, sob a
4 presidência do Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
5 CNPC), na presença do dos (as) Conselheiros (as): Sr. **André**
6 **Venzon** (Área Artística); Sr. **Charles Narloch** (Região Sul);
7 Sra. **Denise Adriana Bandeira** (Área Produtiva); Sr.
8 **Diógenes Chaves** (Área Produtiva); Sra. **Janaína de**
9 **Oliveira Garcia** (Região Sudeste); Sr. **José Luiz Herência**
10 (Ministério da Cultura); Sr. **José Serafim Bertoloto** (Área
11 de Mediação); Sr. **Luiz Carlos de Carvalho e Silva** (Área de
12 Mediação); Sra. **Magna Domingos da Silva** (Região Centro-
13 Oeste); Sra. **Maria Fernanda Vilela de Magalhães** (Área
14 de Mediação); Sr. **Newton Goto Rocha Filho** (Área
15 Produtiva); Sr. **Orlando Franco Maneschy** (Região Norte);
16 Sr. **Ricardo Resende** (FUNARTE); Sra. **Rosangela Siqueira**
17 **Melo** (Área Produtiva); Sr. **Tana Halú Barros da Silva**
18 (Área Artística); Sra. **Viviani Duarte Ocioli** (Região
19 Nordeste): Teve início a 4ª Reunião do Colegiado Setorial de
20 Artes Visuais coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal**,
21 servidor do Ministério de Cultura destinada a apreciar a
22 seguinte pauta: **Pauta do dia 27 de Maio de 2010: 1)**

5

23 Abertura da Sessão; **2)** Explicação sobre o novo formato do
24 FNC: Competências do Colegiado Setorial de Artes Visuais;
25 **3)** Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do
26 CNPC; **4)** Eleição do Representante do Colegiado para o
27 Comitê dos Fundos Setoriais; **5)** Proposta de Estruturação do
28 Fundo de Artes Cênicas. **Item 1) Abertura da Sessão:** O
29 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)
30 cumprimentou o Colegiado e deu início à reunião; Destacou a
31 presença de dois Colegiados: Dança e Artes Visuais, ambos
32 renovados, e citou a pré-conferência como fator fundamental
33 para a renovação dos colegiados; Colocou que daqui para a
34 frente o processo de institucionalização da participação social
35 no Ministério da Cultura se consolidaria e que os nomes dos
36 membros do colegiado sairiam na portaria do Diário Oficial da
37 União; Salientou as câmaras setoriais como parte
38 fundamental para a transformação dos colegiados setoriais e
39 também um avanço para a gestão atual, consolidando uma
40 série de documentos e muita produção cultural, tais como a
41 proposta do plano setorial; Elucidou essas câmaras como
42 fator importante por terem instituído um fórum onde o
43 colegiado foi eleito e que teria legitimidade mesmo que a
44 gestão do governo se alterasse nas próximas eleições, sendo
45 organizado a cada dois anos através de eleições; Relatou que
46 a agenda deste ano e do ano seguinte seria de grande
47 importância para a consolidação da participação social no
48 espaço de financiamento do Ministério; Explicou a pauta do
49 dia, que seria a discussão do Fundo Nacional de Cultura, o
50 Fundo Setorial de Artes Cênicas e de Artes Visuais, onde cada
51 espaço teria um locus institucional, assim como a explicação

6

7

52 das competências dos colegiados, que seria realizada pela
53 manhã e que a tarde seria uma outra agenda; Falou que o
54 desafio de acompanhar a execução do Ministério e a
55 execução do Fundo Nacional e do Fundo Setorial seria um
56 grande desafio e que exigiria maturidade de ambos os lados;
57 Comentou que na gestão do Ex-Ministro Gilberto Gil o desafio
58 era de consolidar a participação e que logo em seguida
59 vieram as câmaras setoriais e os colegiados, e com isso os
60 desafios dos planos; Ressaltou que neste momento o desafio
61 seria como transformar as diretrizes dos planos na execução
62 orçamentária dos fundos setoriais e que o Fundo Nacional de
63 Cultura desse ano estaria acompanhando as diretrizes do
64 Fundo Nacional do Conselho Nacional de Política Cultural;
65 Proferiu que na parte da manhã ambos os colegiados
66 estariam juntos, sendo também um desafio de estabelecer as
67 similaridades entre os colegiados, que seriam áreas da
68 cultura muito próximos apesar da separação política, e que
69 na parte da tarde se separariam para tratarem os assuntos
70 de maneira mais específica; Dando continuidade, passou a
71 palavra para o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
72 CNPC) que se desculpou pelos problemas enfrentados devido
73 a emissão de passagens e das diárias; Explanou a logística
74 realizada para a emissão das passagens e as regras que
75 acabam inviabilizando a vinda dos conselheiros para a
76 reunião, tais como o não recebimento do bilhete de volta das
77 passagens aéreas; Citou o retorno desse bilhete como um
78 transtorno, haja vista que uma cópia deste bilhete deveria
79 ser enviado pelo correio e muitas vezes o Ministério não
80 recebia; Dessa forma, informou a plenária que um

8

9

81 computador estaria a disposição para quem quisesse fazer o
82 chek-in e que o bilhete deveria ser impresso duas vezes,
83 sendo uma via para o Ministério e a outra para o passageiro
84 poder embarcar, o que facilitaria bastante; Avisou também
85 que aqueles que não pudessem fazer o chek-in no evento que
86 enviassem o bilhete na semana seguinte e que por falta
87 desse documento trinta pessoas estariam com pendência com
88 o Ministério. O Sr. **Marcos Lima de Moraes** (Criação) alegou
89 que teria recebido um aviso automático de que não teria sido
90 prestado contas, mas que esse bilhete já teria sido enviado.
91 O Sr. **Fabiano Lima** (Ministério da Cultura) corroborou para
92 a plenária o procedimento de funcionamento desse sistema e
93 informou que seria possível que algumas pendências
94 pudessem ser de outras secretarias do ministério, visto que o
95 sistema seria de uma administração federal direta, autárquica
96 e fundacional. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
97 CNPC) fez referência à reunião não oficial realizada no dia
98 anterior pelos conselheiros e que esta de hoje seria uma
99 reunião de caráter oficial; Mencionou a questão do novo
100 fundo, dos fundos setoriais, como que se daria a participação
101 do conselho e do colegiado nesse novo modelo de fundo e
102 quais os órgãos que iriam fazer a sua composição como
103 pauta importante a ser discutida; Colocou que o Ministério
104 vem discutindo e negociando essa participação e apresentou
105 o Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC), coordenador do fundo na
106 Secretaria de Incentivo e Fomento à Cultura – SEFIC; Avisou
107 que na parte da tarde cada colegiado aprofundaria
108 separadamente cada fundo setorial com a FUNARTE, na
109 presença dos senhores Marcelo Bones e Ricardo Resende.

10

11

110 **Item 2) Explicação sobre o novo formato do FNC:**

111 **Competências do Colegiado Setorial de Culturas**

112 **Populares:** O Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC) destacou o

113 prazer em estar presente na reunião e falou da materialidade

114 dos conselheiros do CNPC, que apesar de pouca visibilidade

115 dessas pessoas, a discussão das políticas seria muito forte

116 com relação à pauta cultural do Ministério; Agradeceu ao Sr.

117 **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) por possibilitar

118 a interlocução e de poder apresentar a formatação do Fundo

119 Nacional de Cultura; Comentou que o Ministério da Cultura

120 estaria trazendo pautas focadas na apresentação de projetos

121 que buscassem apoio através do incentivo fiscal, colocando o

122 direcionamento do conjunto das políticas públicas pensada

123 como nação nas mãos dos incentivadores e apoiadores; Disse

124 ainda que o poder público, através do Ministério da Cultura,

125 entendeu a existência de uma necessidade de se inverter a

126 pauta e que dessa forma o Governo Federal teria aportado já

127 neste ano de 2010 um volume expressivo de recursos para o

128 Fundo Nacional de Cultura; Colocou também que mesmo que

129 o Projeto de Lei que fala das alterações da Lei Rouanet e que

130 apresenta o Pró-Cultura ainda esteja tramitando no

131 Congresso Nacional, o Ministério da Cultura entendeu a

132 existência de uma legitimidade e base legal para ser proposta

133 algumas alterações com relação à apresentação de propostas

134 de prêmios, editais e demandas espontâneas através de um

135 plano de trabalho anual do Fundo Nacional de Cultura, onde

136 este plano de trabalho definiria as principais diretrizes do

137 fundo, delimitaria a sua estrutura gestora, apresentaria os

138 prazos de apresentação do conjunto de propostas,

12

13

139 identificaria quais instrumentos seriam utilizados na
140 possibilidade de pagamentos de prêmios, bolsas convênios e
141 transferências de estados e municípios; Explicou que a
142 estrutura do fundo seria composto em oito programações
143 específicas chamadas de fundos setoriais: Artes Visuais;
144 Artes Cênicas; Música; Acesso e Diversidade; Patrimônio e
145 Memória; Livro, Leitura e Humanidade; Ações Transversais e
146 Equalização Políticas Culturais; e Incentivo à Inovação
147 Audiovisual; Corroborou que dentro dessas programações
148 específicas estariam os editais e as formas de
149 instrumentalização desses públicos e que a programação
150 específica "Ações Transversais e Equalização Políticas
151 Culturais" seria todas as pautas que de alguma maneira não
152 estariam inseridas nas outras sete programações culturais;
153 Relatou que a estrutura gestora do Fundo Nacional de Cultura
154 seria composta por um órgão colegiado, que seria a estrutura
155 de topo, e essa estrutura de topo seria a Comissão Nacional
156 do Fundo Nacional de Cultura, a qual teria como presidente o
157 secretário-executivo do Ministério da Cultura e como
158 participantes os secretários das unidades finalísticas, os
159 presidentes das unidades vinculadas e o representante da
160 secretaria executiva; Ilustrou o estilo de pauta antes
161 realizado por essa Comissão Nacional do Fundo e afirmou que
162 para este ano de 2010 essa pauta não seria mais operacional
163 e focada a projetos e processos específicos e sim uma pauta
164 mais específica, relacionada a elementos estruturantes de
165 uma política pública que realmente interessasse, com
166 programas e ações de interesse de todos os colegiados
167 setoriais e das programações específicas; Citou que essas

14

15

168 reuniões seriam três, no mínimo, durante todo o exercício, e
169 que poderiam ser convocadas de maneira extraordinária;
170 Explanou que essa comissão ainda estaria respaldada
171 legalmente pela Lei 8.313, a Lei Rouanet, que seria revogada
172 a partir da publicação do Pró-Cultura e do Decreto 5.761 de
173 2006, e que assim que o Pró-Cultura fosse sinalizado seriam
174 incorporados outros personagens na mesa de negociação
175 além da estrutura de dirigentes do Ministério; Proferiu a
176 segunda estrutura do Fundo Nacional de Cultura, que seria
177 um órgão executivo a cargo da SEFIC, responsável pela
178 operacionalização e organização dos processos e projetos em
179 tramitação que seriam recebidos pelo Ministério, e a terceira
180 estrutura como órgãos consultivos, que seriam os Comitês
181 Técnicos Específicos de Incentivo à Cultura, onde cada
182 colegiado setorial estaria dentro desse comitê como órgãos
183 avaliadores dos méritos e julgadores das necessidades
184 financeiras dos projetos e ações propostas ao Fundo Nacional
185 de Cultura, que obteriam atribuições específicas no campo do
186 assessoramento e da preparação das informações para o
187 colegiado que compõe a CNIC e trabalhariam com uma pauta
188 semelhante à pauta tratada nas reuniões dos colegiados,
189 porém dentro de uma lógica de execução relacionada à
190 finalização de procedimentos e lógicas estratégicas; Explanou
191 ainda que esse comitê técnico subsidiaria a elaboração dos
192 programas e ações do Plano Nacional de Cultura apresentado
193 ao Ministério da Cultura através de uma das programações
194 específicas, teria composição paritária entre gestores
195 públicos, especialistas nas áreas setoriais representadas e da
196 sociedade civil, onde cada membro seria nomeado por ato do

16

17

197 Ministro da Cultura e presidido pelos titulares das secretarias
198 ou órgãos do Ministério da Cultura responsáveis
199 estatutariamente pela área setorial específica; Diante disso, o
200 Sr. **Gustavo Vidigal** explicou que se constituiria por dez
201 pessoas, onde quatro representantes seriam das áreas
202 específicas do Ministério da Cultura afins com cada uma das
203 programações, três representantes seriam da sociedade civil
204 oriundos do CNPC, e com comprovada ligação à área
205 temática, e os outros três seriam especialistas ou criadores
206 com notório saber na área; Relatou que esses comitês seriam
207 presididos por membro eleito entre os representantes do
208 Ministério com poder de voto de desempate e cada colegiado
209 setorial das áreas técnicas-artísticas e de patrimônio cultural
210 indicariam um representante da sociedade civil ao ministro de
211 Estado da Cultura, que efetuará essa escolha; Anunciou as
212 competências desse Comitê Técnico, que na condição de
213 órgão consultivo buscaria garantir a orientação e avaliação
214 das demandas de cada programa ou ação apresentada ao
215 Ministério da Cultura, assessorar para a Comissão Nacional
216 do Fundo Nacional de Cultura por demanda dos seus órgãos,
217 subsidiar o órgão de monitoramento, que estaria a cargo da
218 Secretaria de Políticas Culturais – SPC, na elaboração de
219 critérios técnicos para a utilização do Fundo Nacional de
220 Cultura em consonância com o Plano Nacional de Cultura e
221 observada as diretrizes estabelecidas pela CNFNC, subsidiar a
222 elaboração e avaliação dos programas e ações financiadas
223 segundo o plano de trabalho anual do Fundo Nacional de
224 Cultura, dentro do âmbito das diferentes áreas das
225 programações específicas, e demandar estudos e pesquisas

18

226 para a elaboração de diagnósticos necessários à elaboração
227 desse plano anual de trabalho e à focalização de políticas
228 setoriais; Comentou ainda que esse plano de trabalho anual
229 do Fundo Nacional de Cultura estaria explicitado na legislação
230 desde a sua criação, 1991, e que nunca havia sido realizado;
231 Afirmou também que neste ano de 2010 a ideia seria trazer
232 propostas do que seria realmente este plano, que teria um
233 cerne no recurso orçamentário que depois se transformaria
234 em recurso financeiro e em propostas apresentadas pelas
235 secretarias finalísticas do Ministério e das unidades
236 vinculadas; Ressaltou que a expectativa de uma programação
237 de definição desses valores colocados em cada unidade
238 vinculada e o desenho desses programas e ações fossem
239 publicados até o final de maio ou início do mês de junho para
240 os comitês executivos, assim como através de editais. O Sr.
241 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) passou a
242 palavra para o Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE) e Sr. **Ricardo**
243 **Resende** (FUNARTE) antes de abrir a palavra para a
244 plenária. O Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE) cumprimentou a
245 plenária e salientou o prazer em estar trabalhando com o
246 colegiado de artes visuais, que isto poderia provocar mais
247 encontros dos colegiados, principalmente entre os cinco
248 colegiados da FUNARTE, circo, dança, música, artes visuais e
249 teatro, este último a sua área, e que dança, circo e teatro
250 estariam sob a sua responsabilidade na FUNARTE; Colocou
251 que o novo Fundo Nacional de Cultura estaria sendo proposto
252 em um momento onde estaria tramitando no Congresso
253 Nacional uma nova lei de fomento à cultura, que seria o Pró-
254 Cultura; Afirmou ainda que o Pró-Cultura redesenharia o

21

255 financiamento da cultura no país, mudando a Lei Rouanet em
256 uma transformação radical no modelo existente de
257 financiamento da cultura, onde o foco seria da saída da
258 centralidade e da renúncia fiscal, para um modelo de fundos
259 de cultura, fundos setoriais e o Fundo Nacional de Cultura;
260 Alegou a importância de se acompanhar esse processo para
261 que se entendesse o significado desse momento de
262 proposição do fundo e das ações em cada fundo setorial e
263 que essa proposta estaria sendo debatida no Congresso e
264 voltaria em alguns dias para a Comissão de Educação e
265 Cultura da Câmara, e que já havia passado por algumas
266 audiências e reuniões públicas em vários estados brasileiros;
267 Declarou que essa proposta buscaria uma modernização no
268 Fundo Nacional de Cultura ficando mais próximo dos artistas
269 e produtores, haja vista que atualmente o fundo seria
270 extremamente burocrático e pouco estruturado para atender
271 às demandas dos artistas e produtores, com um mecanismo
272 do convênio que além de complicado de se lidar ainda teria
273 uma contrapartida de 20%; Citou o SICONV como um horror
274 para todos os lados que fazem o processo e o aumento
275 orçamentário do Ministério da Cultura, de 1% do orçamento
276 da nação, como um salto importantíssimo e histórico para a
277 cultura do país; Relatou sobre o colegiado de dança, o qual
278 teve uma mobilização muito importante em todos os debates
279 do Pró-Cultura, sinalizando mudanças e engajado na
280 necessidade da transformação dessa lei de fomento à cultura
281 no Brasil; Informou ao Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC) a
282 existência de um fundo setorial para três colegiados, circo,
283 dança e teatro, o que estaria causando uma reivindicação do

22

284 pessoal da dança em todas as reuniões e assembleias
285 públicas sobre o Pró-Cultura para a criação de um fundo
286 setorial para a dança; Salientou também que a dança e a
287 FUNARTE já teriam começado esse debate através de um
288 blog criado para uma discussão consultiva e que a sua
289 proposta, ainda aberta, estaria sendo trabalhada em 80
290 milhões de reais. O Sr. **Ricardo Resende** (FUNARTE)
291 proferiu ser uma oportunidade enorme poder discutir esse
292 desafio de dar um destino o mais justo possível desses 80
293 milhões, fator inédito principalmente para as artes visuais,
294 por ser um segmento com o menor investimento em todas as
295 instâncias públicas. Dando continuidade à discussão, o Sr.
296 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) abriu a
297 palavra para a plenária. A Sra. **Marise Gomes Siqueira**
298 (Região Sul) comentou a articulação da dança que estaria
299 sendo feita a mais de dez anos devido ao fato do Conselho
300 Nacional de Educação Física – CONFEF estar exigindo dos
301 profissionais da dança a sua inscrição nesse conselho por
302 entender a dança como uma atividade física e não arte; Citou
303 a implementação das câmaras setoriais, em 2004, onde o
304 Ministério acolheu o pleito da dança, como luta histórica de
305 grande vitória; Alegou também que a mobilização da dança
306 havia sido de uma Câmara Setorial de Dança, depois um
307 Colegiado Setorial de Dança e agora um fundo setorial
308 específico da dança, proposto na 2ª Conferência Nacional de
309 Cultura. A Sra. **Rosa Maria Leonardo Coimbra** (Região
310 Centro-Oeste) apontou um erro de digitação no Regimento
311 Interno da CNFNC apresentado pelo **Sr. Kléber Rocha**
312 **(SEFIC /MinC)**, na qual se referia ao órgão consultivo, onde

25

313 estaria redigido inciso um dois e quatro, e não um, dois e
314 três, o que confundiria o texto nas páginas seguintes que se
315 referiam ao inciso terceiro deste parágrafo; Sugeriu que na
316 parte do texto na qual cita: II - "três representantes da
317 sociedade civil, oriundos do CNPC, preferencialmente do seu
318 plenário, com comprovada ligação à linguagem artística ou
319 área temática contemplada pelas programações específicas
320 do FNC", que deixassem claro a obrigatoriedade de uma
321 pessoa dos colegiados de teatro, dança e circo; Recomendou
322 ainda que fosse inserido nesse regimento interno que a
323 escolha desses três especialistas para o órgão consultivo
324 fosse feita pelo colegiado com uma autonomia de indicar ou a
325 pessoa que estaria representando a cadeira do CNPC ou
326 alguém que o colegiado estivesse deliberando; Propôs que no
327 inciso que se tratava de IV - "três especialistas ou criadores
328 com notório saber na respectiva área", que inserisse no texto
329 as áreas de teatro, circo e dança e que o colegiado setorial
330 pudesse ter a autonomia para essas indicações também;
331 Solicitou que essas recomendações fossem não só
332 registradas, mas acolhidas pela mesa para que pudessem ser
333 formalmente negociadas como uma reivindicação do
334 colegiado setorial de dança. O Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC
335 /MinC) corroborou que a redação do texto teria ido e voltado
336 várias vezes dentro do Ministério e que as imprecisões do
337 texto poderiam ser qualificadas; Afirmou ainda que essas
338 sinalizações solicitadas seriam encaminhadas para tramitação
339 interna do Ministério. Foi sinalizado pelo Sr. **Marcelo Bones**
340 (FUNARTE) que a indicação de ambos incisos citados pela
341 Sra. **Rosa Maria Leonardo Coimbra** (Região Centro-Oeste)

26

342 estariam confusos. O Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC)
343 concordou com essa sinalização e afirmou que iria trabalhar
344 em cima do que tinha sido solicitado. O Sr. **Charles Narloch**
345 (Região Sul) questionou como seria definido a escolha desses
346 representantes haja vista que o Colegiado de Artes Visuais
347 teria um fundo específico e apenas um representante na
348 cadeira do CNPC; Colocou como sugestão do colegiado
349 debatida na pré-reunião que fosse um representante da área
350 de museu e um da área de patrimônio, mas que não teriam
351 nada ainda definido; Questionou a atribuição principal do
352 comitê, onde ao seu entender, pensava ter uma participação
353 na avaliação direta dos projetos; Dessa forma, inquireu quem
354 faria essas avaliações e se a atribuição do comitê, no que
355 dizia respeito à análises de demandas e estratégia, não
356 confundiria com a própria atribuição do colegiado. A Sra.
357 **Dulce Tamara Silva** (Formação) concordou com a fala dos
358 conselheiros e declarou estar emocionada pela coragem
359 dessa proposição do presidente Lula de se trocar a roda com
360 o carro andando, pois essa luta foi uma tentativa realizada
361 sem sucesso no início do governo Lula; Citou a Lei Rouanet
362 como uma lei perversa para os incentivos do país; Mencionou
363 a artes cênicas como um termo criado em 1972 através de
364 uma reforma universitária em plena ditadura militar que
365 estaria na área de acontecimento e não na área de
366 conhecimento; Propôs também a criação de um fundo
367 específico para a dança, para o teatro e para o circo. A Sra.
368 **Lúcia Helena Alfredi de Matos** (Formação) corroborou com
369 o Sr. **Charles Narloch** (Região Sul) e colocou a questão das
370 competências que estariam sendo dadas para a CNIC, que

371 seriam as mesmas dos colegiados, aparentando uma
372 sobreposição de ações; Interpelou a dinâmica de
373 observadores da CNFNC e como isso estaria sendo articulado
374 para a questão dos fundos. O Sr. **Marcos André Durand**
375 **Pereira** (Produção) destacou que a comissão do comitê
376 executivo, de acordo com regimento interno, seria uma
377 comissão paritária composta por quatro pessoas do
378 Ministério, três do CNPC, e três representantes da sociedade
379 civil, sendo sete do Ministério e apenas três da sociedade
380 civil; Perguntou ainda quem decidiria para onde o dinheiro
381 iria se este órgão seria apenas consultivo. A Sra. **Marise**
382 **Gomes Siqueira** (Região Sul) destacou que já que cada
383 colegiado setorial teria que indicar quatro representantes
384 para que o Ministro escolhesse três, o fundo de circo, dança e
385 teatro deveria ter doze representantes para que o Ministro
386 escolhesse apenas três; Alertou também a falta de diálogo
387 entre a CNIC, o CNPC, os colegiados e o comitê e que seria
388 uma confusão trabalhar em conjunto sem comunicação. O Sr
389 **Ricardo Resende** (FUNARTE) explanou que o caso das artes
390 cênicas seria mais complexo que o das artes visuais e que a
391 ideia desse encontro conjunto entre os dois colegiados teria
392 sido uma experiência interessante para a vivência e
393 visualização dos problemas de ambos e até mesmo para a
394 compreensão das linguagens; Ressaltou que ainda não
395 estaria claro se iria trabalhar com os outros segmentos, tais
396 como o da moda, design e arquitetura, mesmo havendo
397 algumas características similares; Alertou que a parte da
398 tarde seria de debate específico na área e que ainda seria
399 refletido as políticas para arquitetura, design e moda, fatores

31

400 que ainda não estariam claros desde a pré-conferência; Citou
401 ainda as artes digitais e a fotografia neste âmbito de
402 discussão, se estariam dentro das artes visuais ou não. O Sr.
403 **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC) destacou que as observações
404 desse dia seriam levadas para discussão dentro do Ministério
405 e que nas reuniões posteriores com os outros colegiados teria
406 um grau de maturidade melhor com relação ao documento
407 apresentado; Afirmou que se ateriam a algumas observações
408 sinalizadas que causariam alguma confusão, não só nesta
409 plenária bem como dentro do Ministério, e que a CNIC,
410 específica para projetos apoiados por recurso incentivado,
411 não seria trabalhada neste momento e sim a CNFNC que
412 seria refletida neste momento; Disse ainda que o Pró-Cultura
413 se referia a uma CNIC geral tanto para o FNC quanto para
414 incentivos, e que a preocupação para este ano de 2010 seria
415 em como gastar os recursos de forma transparente e
416 ramificada com relação às pautas colocadas; Entendeu um
417 conflito de interesse sinalizado no que se aludia às
418 observações relacionadas aos representantes do comitê
419 executivo e à inviabilidade de se apresentarem propostas
420 junto ao Ministério da Cultura e que, como todo regramento,
421 haveria um regulamento que disciplinaria esses
422 procedimentos e que em algum momento a plenária seria
423 convidada a se manifestar; Explicou também que sempre que
424 existe esse conflito seria vedada a participação com relação à
425 proposição, mas que isso seria fruto de uma regulamentação,
426 já existente no caso da CNIC onde os representantes, ao
427 serem habilitados pela suas entidades e indicados para a
428 serem submetidos à aprovação por parte do Ministro,

32

429 assinariam um termo de compromisso no qual se auto-
430 declarariam e se afastariam da pauta quando fossem analisar
431 projetos relacionados a sua área, participando apenas das
432 outras; Explanou a composição da CNFNC, que estaria
433 respaldada na Lei 8.303 de 91 e no Decreto 5.761 de 2006, e
434 que por esse fato não poderia modificar esse desenho, mas
435 que em uma lógica de conjuntura de aproximação teria sido
436 proposto a condição de observadores, já que não teria como
437 formalizar institucionalmente sem uma base legal e que
438 enquanto o Pró-Cultura não fosse aprovado estaria tentando
439 fazer um movimento para o ano de 2010. A Sra. **Lúcia**
440 **Helena Alfredi de Matos** (Formação) colocou sua
441 preocupação a qual se referia a não aprovação do Pró-Cultura
442 e sugeriu que fosse registrado um documento de
443 transitoriedade desse texto para assegurar as questões
444 definidas da CNFNC. O Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC)
445 solicitou que os conselheiros refletissem em um desenho das
446 atividades desenvolvidas pelos seus colegiados, além de um
447 agendamento no qual esses fluxos pudessem ser pensados
448 em construção, para que percebessem quais as
449 potencialidades ou fragilidades de ambos colegiados e aonde
450 que começaria uma discussão para uma pauta específica de
451 execução e implementação. O Sr. **Marcelo Veiga**
452 (Coordenador-Geral do CNPC) propôs que na parte da tarde,
453 quando fosse discutir especificamente os fundos de artes
454 cênicas e artes visuais, que um membro do colegiado fosse
455 responsável por formalizar um documento com dúvidas e
456 sugestões para ser enviado à SEFIC. O Sr. **Gustavo Vidigal**
457 (Secretário-Geral do CNPC) pronunciou que o CNPC seria um

458 modelo híbrido, onde alternaria em momentos de deliberação
459 e momentos de consulta e também complexo, pois o
460 desenvolvimento das linguagens e da visão do estado sobre
461 elas vem mudando bastante; Citou a demanda de firmação
462 de um colegiado de arte digital e que este já estaria em
463 processo de amparo final das arestas para sua consolidação,
464 e que por isso caberia não só ao estado, mas à sociedade
465 civil também trabalhar para abarcar as enormes redes de
466 segmentos quando fossem lidar com o orçamento e com a
467 execução do fundo; Colocou a questão da representatividade
468 política no campo da cultura como uma questão que deveria
469 ainda ser discutida com a plenária; Citou o seu encontro com
470 o Deputado José Genoíno, participante da primeira lei de
471 direito autoral, onde refletiram sobre a nova lei de direito
472 autoral; Citou que, há quinze anos atrás, as grandes
473 associações de televisão e os grandes veículos de
474 comunicação eram contra a possibilidade do estado fiscalizar,
475 época onde o mercado e a sociedade podiam tudo e o estado
476 não podia nada, e que neste momento a posição desses
477 grandes meios de comunicação seria que o estado
478 fiscalizasse, através do ECAD; Aludiu a cultura como
479 dinâmica, onde ao se estabelecer uma política hoje ela
480 poderia se tornar obsoleta em cinco anos, e com mais de 500
481 anos de experiência totalitária e autoritária, onde a
482 experiência democrática seria ainda recente e que a questão
483 a ser trabalhada pelos colegiados seria de consolidar um
484 entendimento para o que serviria esse espaço político, para
485 que mesmo ao mudar a gestão o estado pudesse entender
486 que este seria um espaço já consolidado; Explanou que essa

487 consolidação não seria tarefa apenas do Ministério da Cultura
488 e sim de todos, e que ninguém imaginaria que eles
489 chegariam aonde estão hoje e que isso se deve ao fato de
490 construção contínua de espaços de discussão e planos de
491 gestões anteriores, que atualmente estariam indo para a
492 interferência na execução do Ministério; Mencionou o
493 orçamento atual do Ministério, de 2,2 bilhões de reais onde ¼
494 seria para o custeio do Museu de Arte Contemporânea –
495 MAC, cerca de 600 milhões em investimentos, que o fundo
496 movimentaria cerca 850 milhões e que uma parte dessa
497 verba estaria contingenciada; Colocou como desafio o diálogo
498 a ser feito no momento em que o plano estivesse aprovado e
499 os comitês constituídos e como seria aplicado esse recurso
500 contemplando as diversidades de segmentos e propostas na
501 execução desses fundos; Referiu ainda a colocação do
502 Secretário de Cultura Márcio Meirelles, que não acredita no
503 formato institucionalizado nos conselhos de artes visuais,
504 dança e música, por exemplo, haja vista que a cultura sendo
505 dinâmica deveria ser pensada em um outro recorte para
506 abarcar sua totalidade; Afirmou que a complexidade das
507 linguagens só iria aumentar e não diminuir o funcionamento
508 dos fundos e que hoje, apesar de ter oito segmentos e mais
509 oito segmentos já requisitados, ainda existem mais cinco
510 áreas solicitando sua participação no conselho com assento
511 no Plenário e que esse seria um desafio para todos e um
512 ponta pé inicial para o desenvolvimento dessas questões. O
513 Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) apresentou
514 à plenária a Sra. **Bruna Villarim** (MinC), que iria cuidar da
515 parte de comunicação, reativando todos os blogs das pré-

516 conferências; Ressaltou que precisaria de todos os membros
517 para administrar esses blogs juntamente com a FUNARTE e
518 que o site do CNPC também seria um mecanismo que poderia
519 ser utilizado pelos colegiados e que até hoje não teria
520 recebido nenhum texto de ninguém; Considerou ainda a
521 ferramenta desse site como fator de grande importância para
522 que o Ministério da Cultura potencializasse esse mecanismo
523 de comunicação com as informações de todos os membros
524 dos colegiados. A Sra. **Lúcia Helena Alfredi de Matos**
525 (Formação) apontou a questão definida pelo Colegiado de
526 Dança na sua última reunião, da possibilidade de estar
527 presente neste dia uma pessoa da Secretaria de Políticas
528 Culturais – SPC. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
529 CNPC) explanou que não estaria na pauta do dia, mas que
530 ele, o Sr. **Marcelo Bones** (FUNARTE) e o Sr. **Ricardo**
531 **Resende** (FUNARTE) ouviriam as sugestões e propostas e
532 levariam para essa secretaria. O Sr. **Marcelo Bones**
533 (FUNARTE) ressaltou o grau de entusiasmo que estaria
534 vivenciando neste momento, mas que também teria que
535 reconhecer o grau de complexidade por estar lidando com
536 questões nunca antes trabalhadas dessa forma na cultura;
537 Citou as questões da distribuição regional, a questão da
538 distribuição entre os três aglomerados de circo, teatro e
539 dança e a distribuição dentro das cidades, periferias e centros
540 e que este seria um grande primeiro passo dado para a
541 cultura. O Sr. **Kléber Rocha** (SEFIC /MinC) explicou que a
542 questão relacionada aos recursos do fundo se dariam dentro
543 da CNFNC e mostrou a sua satisfação em fazer parte deste
544 momento agradecendo a plenária. O Sr. **Ricardo Resende**

545 (FUNARTE) demonstrou o seu contentamento nesta reunião,
546 mencionando que nunca teria sido discutido esse nível de
547 políticas públicas e que esperaria que esses encontros se
548 consolidassem e permanecessem como uma política cultural
549 efetiva. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
550 encerrou os trabalhos do período da manhã pedindo que
551 todos retornassem até às 13h30 para dar prosseguimento às
552 questões mais específicas no período da tarde. Na
553 continuidade, ao voltarem do almoço, os dois colegiados
554 foram divididos para dar sequência aos trabalhos. **Item 3)**
555 **Eleição do representante do Colegiado para o Plenário**
556 **do CNPC:** Após alguns esclarecimentos de ordem prática, o
557 Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do CNPC) colocou
558 que a proposta seria que escolhessem os três titulares e três
559 suplentes para o comitê técnico e uma pessoa para o Plenário
560 do CNPC. Após deliberações, foram eleitos, por consenso,
561 como membros titular e suplente do Plenário do CNPC,
562 Charles Narloch e Diógenes Chaves, respectivamente. Na
563 continuidade dos trabalhos, houve um amplo debate sobre
564 assuntos alheios à competência do colegiado e, portanto, o
565 Sr. **Ricardo Resende** (FUNARTE) informou que levaria as
566 preocupações colocadas à Funarte e sugeriu que retomassem
567 ao item de pauta. **Item 4) Eleição do representante do**
568 **Colegiado para o Comitê do Fundo Setorial de Artes**
569 **Visuais:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Executivo do
570 CNPC) explicou que a ideia da reunião era eleger os
571 representantes, tanto do comitê técnico quanto do Plenário;
572 Disse que o outro ponto seria formalizar as contribuições,
573 sugestões e críticas ao documento, sendo que aí entrariam

574 todas essas preocupações que estavam falando
575 anteriormente. O Sr. **Newton Goto Rocha Filho** (Área
576 Produtiva) colocou que quanto mais experiência o
577 representante tiver dentro de cada setor melhor. Após vasto
578 debate e ciência da proposta de regimento interno da
579 Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura, esclarecida
580 pelo Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC), o
581 Colegiado compreendeu que, embora a proposta de
582 regimento indicasse uma ocupação preferencial destas vagas
583 por membros da plenária do CNPC, que seria importante a
584 divisão de tarefas e responsabilidades dos membros do
585 Conselho junto às instâncias dos Colegiados, legitimados nas
586 Pré-Conferências Setoriais. Sendo assim, o Colegiado
587 deliberou a indicação de três representantes como titulares: a
588 Sra. Paula Trope, a Sra. Rosangela Melo e o Sr. André
589 Venzon; para ocuparem as vagas previstas no referido
590 Comitê. **Item 5) Proposta de estruturação do Fundo de**
591 **Artes Visuais:** O Sr. **Charles Narloch** (Região Sul)
592 apresentou a proposta inicial da carta aos conselheiros para
593 apreciação e discussão da mesma; E que a ideia central era a
594 elaboração de um documento ressaltando que o Colegiado
595 Setorial de Artes Visuais solicitava à Secretaria do CNPC o
596 encaminhamento dele ao senhor Ministro da Cultura Juca
597 Ferreira, bem como ao senhor Presidente da FUNARTE,
598 Sérgio Mamberti. A Sra. **Rosangela Siqueira Melo** (Área
599 Produtiva) observou que não adiantaria só garantir de irem
600 para o Rio de Janeiro, mas nessas regionais que todos os
601 membros, titulares e suplentes, estivessem presentes onde
602 fosse realizada essa consulta pública; Disse que seria

603 importante todos os representantes da Região Nordeste
604 terem um deslocamento garantido pela FUNARTE para
605 estarem presentes na discussão dessa consulta pública. O Sr.
606 **Diógenes Chaves** (Área Produtiva) perguntou quando seria
607 a próxima reunião do Conselho Nacional de Política Cultural.
608 O Sr. **Ricardo Resende** (FUNARTE) respondeu que ainda
609 não tinham essa data marcada. O Sr. **Fabiano Lima**
610 (Ministério da Cultura) o corrigiu e informou que seria nos
611 dias 08 e 09 de junho, e que em setembro haveria a próxima
612 reunião ordinária dos colegiados. Após discussões e
613 deliberações, os membros do CSAV definiram, como
614 documento final, qual seja: "*O Colegiado Setorial de Artes*
615 *Visuais em instância vinculada ao Conselho Nacional de*
616 *Políticas Culturais reunido em Brasília entre os dias 26, 27 de*
617 *maio de 2010 em sua IV Reunião Ordinária deliberou os*
618 *seguintes pontos a serem considerados pelo Ministério da*
619 *Cultura. 1-) Eleição do Representantes do CSAV para o*
620 *Plenário do CNPC: Foram eleitos por consenso como*
621 *membros titulares e suplentes do CNPC Charles Narloch e*
622 *Diógenes Chaves, respectivamente. 2-) Eleição do*
623 *Representante do CSAV para o Comitê do Fundo Setorial de*
624 *Artes Visuais: Após amplo debate e conhecimento do*
625 *regimento interno da Comissão Nacional do Fundo Nacional*
626 *de Cultura, o CSAV entendeu que, embora o regimento*
627 *indique a ocupação preferencial dessas vagas por membros*
628 *da plenária do CNPC, torna-se importante a divisão de*
629 *tarefas e responsabilidades dos membros do conselho junto*
630 *às instâncias dos colegiados legitimadas nas pré-conferências*
631 *setoriais. Assim, o CSAV delibera por encaminhar ao CNPC a*

632 *indicação de três nomes para ocupar as vagas previstas no*
633 *referido comitê por ordem prioritária a saber: Paula Trope,*
634 *Rosa Melo e André Venzon. Caso o CNPC atenda o pleito*
635 *deste colegiado, solicita que os suplentes sejam indicados*
636 *posteriormente. 3-) Proposta de Estruturação do Fundo de*
637 *Artes Visuais: O CSAV reconhece a importância e enaltece a*
638 *iniciativa do MinC na consolidação imediata de um fundo*
639 *específico para as artes visuais, além do reconhecimento à*
640 *produção brasileira e as suas enormes demandas que*
641 *carecem de investimentos públicos destinados de maneira*
642 *mais justa e coerente. Quanto ao funcionamento proposto*
643 *para o Fundo Setorial de Artes Visuais, o CSAV manifesta a*
644 *sua preocupação com as atribuições propostas para a*
645 *Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura e para o*
646 *Comitê Técnico do Fundo Setorial de Artes Visuais,*
647 *principalmente no que diz respeito à elaboração do plano de*
648 *trabalho anual por entender que pode haver sobreposição às*
649 *atribuições do CSAV, instância legitimada junto ao CNPC para*
650 *propor o planejamento de ações previstas no Plano Nacional*
651 *de Cultura. Com relação aos representantes dos Comitês, o*
652 *Colegiado reiterou a importância de que sejam priorizados*
653 *membros dos colegiados para a composição da parte que*
654 *cabe à sociedade civil. Quanto aos recursos destinados ao*
655 *Fundo Setorial e sua utilização, o Colegiado sugeriu que no*
656 *mínimo 80% fosse distribuído por meio de editais específicos,*
657 *novos ou já existentes, e que o restante fosse utilizado para*
658 *convênios que contemplem projetos de grande reverberação*
659 *ao desenvolvimento das artes visuais em todas as regiões*
660 *brasileiras, analisados e deliberados pelo Colegiado e pelo*

661 *CNPC, voltados a museus de artes, bibliotecas ou instituições*
662 *de caráter público ou público-privado. Entre os editais devem*
663 *ser contemplados projetos de estímulo à produção, exposição*
664 *e circulação de obras e processos artísticos, catalogação e*
665 *conservação de coleções de artistas brasileiros, infra-*
666 *estrutura de museus de arte e instituições museológicas,*
667 *bibliotecas especializadas em artes visuais, programas de*
668 *aquisição de acervos de artes visuais para instituições*
669 *públicas ou público-privadas, e manutenção, estímulo e*
670 *continuidade de iniciativas e circuitos independentes, dentre*
671 *outras. 4-) Revisão da minuta do Plano Setorial de Artes*
672 *Visuais. Seguindo cronograma proposto pela Secretaria de*
673 *Políticas Culturais do MinC, o Colegiado solicitou à Direção de*
674 *Artes Visuais da Funarte a organização e realização de uma*
675 *reunião de três dias, no Rio de Janeiro (RJ), em julho de*
676 *2010, especificamente para a revisão do documento original*
677 *proposto pelos membros da gestão anterior do Colegiado e*
678 *reavaliação/atualização do documento sistematizado pelo*
679 *MinC. Como atividade seguinte, em agosto, o CSAV sugere*
680 *que o documento revisado seja submetido a consultas*
681 *públicas nas cinco regiões do país, ouvindo a comunidade e*
682 *especialistas locais e garantindo/viabilizando a presença dos*
683 *membros do CSAV que residem na região. 5-) Grupo de*
684 *Trabalho de Artes Visuais: Solicitado como prioridade a*
685 *participação de dois representantes do Colegiado Nacional de*
686 *Artes Visuais no Grupo de Trabalho de Artes Visuais,*
687 *especificamente na discussão do Estatuto de Artes Visuais,*
688 *haja vista a primeira reunião deste colegiado com o Senhor*
689 *Ministro da Cultura em março de 2010 em que foi sinalizado*

51

690 *essa necessidade de interlocução. Para tanto o Colegiado*
691 *Setorial de Artes Visuais indica os seguintes membros de seu*
692 *plenário: Paula Trope, Luiz Carlos de Carvalho, Fernanda*
693 *Magalhães e Denise Bandeira. 6-) Outros Grupos de Trabalho*
694 *e Comitês: O CSAV propõe a participação de representantes*
695 *do colegiado como interlocutores nos GTs e comitês de*
696 *elaboração de projetos, prêmios e editais, assim como em*
697 *outros programas que tratam das artes visuais nas*
698 *secretarias e órgãos do MinC (Iphan, IBRAM, FUNARTE, SID)*
699 *bem como em programas afins com o setor em outros*
700 *ministérios (MEC e Ministério do Turismo). Brasília, 27 de*
701 *maio de 2010". Finalmente, para a reunião ordinária do*
702 *Colegiado prevista para o mês de setembro, os conselheiros*
703 *solicitaram que houvesse um momento específico para o*
704 *fechamento do documento. O Sr. **Charles Narloch** (Região*
705 *Sul) informou que enviaria a todos os membros do Colegiado*
706 *a carta por e-mail e, naquele momento, dado ao adiantado*
707 *da hora, nada mais havendo a ser tratado, encerrou a 4ª*
708 *Reunião do Colegiado Setorial de Artes Visuais.*

52